



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MUNICIPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026/PMSFO			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 950/2025			
RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO			
<p>Abertura da sala de disputa: 16/06/2026 às 09h00 (horários de Brasília), no sítio: <a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a>.</p> <p>Encerramento do prazo para cadastro das propostas: até o momento que antecede a abertura da sessão pública.</p> <p>Após a fase de lances e negociação, será exigida do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, o envio da proposta atualizada e planilha orçamentária, após será exigido os documentos de habilitação elencada no anexo I do presente edital, através do módulo habilitanet no rol de menus da sala de disputa: <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a></p>		<p>Limite para solicitação de esclarecimentos e impugnação:</p> <p>Até 03 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão Pública.</p>	
<b>1.1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO CENTRAL.</b>			
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 519.653,67 (Quinhentos e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e tres reais e sessenta e sete centavos).			
FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS	VISITA TÉCNICA	MINUTA DE CONTRATO	
NÃO	SIM	SIM	
TIPO DA LICITAÇÃO	MODO DE DISPUTA	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES	
MENOR PREÇO GLOBAL	ABERTO	R\$ 50,00	
OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SÃO OS CONSTANTES ANEXO II DO EDITAL.			
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A ME/EPP?	RESERVA DE COTA PARA A ME/EPP?	PRIORIDADE PARA LOCAL OU REGIONAL?	EXIGE AMOSTRA?
NÃO	NÃO	SIM	NÃO
E-MAIL: <a href="mailto:cpl@saofelipe.ro.gov.br">cpl@saofelipe.ro.gov.br</a>			



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



## AVISO DE LICITAÇÃO

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2026/PMSFO

#### CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de São Felipe do Oeste – RO.

#### OBJETO

Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução da obra de construção de prédio público destinado ao funcionamento do Almoxarifado Central.

#### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Órgão:** 03 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**Unidade Orçamentária:** 03.001 - Gabinete da SEMAF

**Função Programática:** 03.001.15.451.0009.1.437 - Construção Barracão Almoxarifado Central

**Transferências Especiais** – Programa 090320023 e Plano de Ação nº 036323

**Função Programática:** 03.001.04.122.0009.2.006 - Manutenção das atividades da secretaria de administração e fazenda

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações

**Desdobramento:** 99 – Outras Obras e Instalações

**Fonte de recursos:** 25000000 – Recursos não Vinculados de Impostos - Exercícios Anteriores

**Fonte de recursos:** 27060100 - Transferência Especial da União - Emenda Individual - Exercícios Anteriores

#### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Valor: **R\$ 519.653,67** (Quinhentos e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e tres reais e sessenta e sete centavos).

#### INFORMAÇÕES ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS

**Dia 16/06/2026 às 09h00min. (horário de Brasília)**

**LOCAL:** NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.LICITANET.COM.BR](http://WWW.LICITANET.COM.BR)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço global

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**PREFERÊNCIA REGIONAL/LOCAL:** SIM



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



## EDITAL DE LICITAÇÃO

### CONCORRÊNCIA Nº 001/2026/PMSFO

(Processo Administrativo nº 950/2025)

#### 1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que o Município de São Felipe do Oeste, por meio do Setor Municipal de licitações e de seu Agente de Contratação, sediado no Paço Municipal, na Rua Theodoro Rodrigues da Silva, 667 - Bairro Centro – São Felipe do Oeste – Rondônia. Fone: (069)992343960, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto n. 3182 de 27 de abril de 2026, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e demais normas aplicáveis, legislações complementares e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

#### 2. DO OBJETO

2.1. **Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução da obra de construção de prédio público destinado ao funcionamento do Almojarifado Central.**

2.2. A licitação será realizada em Lote Único (*valor global*);

2.3. O regime de execução será de empreitada por Menor Preço Global;

#### 2.4. DISPOSIÇÃO DO OBJETO

#### 2.5. DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS:

Cód	Descrição	Unid.	Quant.	Valor
24341	Construção de um prédio público denominado de almojarifado central do Município de São Felipe d'Oeste, conforme projeto de engenharia e demais documentos que compõe o processo.	Serv.	01	R\$ 519.653,67
Total				<b>R\$ 519.653,67</b>

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor total
------	-----------	-------	--------	----------------	-------------

2.6. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), e as especificações constantes no Projeto Básico e neste Edital, prevalecerão às últimas;

2.7. **DO PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO** e demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – Projeto Básico/Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pela ordenadora de despesa do órgão requerente;

#### 2.8. DA FONTE DE RECURSO

2.8.1 - **Órgão: 03** - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**Unidade Orçamentária:** 03.001 - Gabinete da SEMAF

**Função Programática:** 03.001.15.451.0009.1.437 - Construção Barracão Almojarifado Central - **Transferências Especiais** – Programa 090320023 e Plano de Ação nº 036323

**Função Programática:** 03.001.04.122.0009.2.006 - Manutenção das atividades da secretaria de



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



administração e fazenda

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações

**Desdobramento:** 99 – Outras Obras e Instalações

**Fonte de recursos:** 25000000 – Recursos não Vinculados de Impostos - Exercícios Anteriores

**Fonte de recursos:** 27060100 - Transferência Especial da União - Emenda Individual - Exercícios Anteriores

**2.8.2 VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$519.653,67 (Quinhentos e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e tres reais e sessenta e sete centavos).

### **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.9.** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

**2.10.** As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou solicitadas por meio dos seguintes endereços eletrônicos [contato@licitanet.com.br](mailto:contato@licitanet.com.br) ou [forneecedor@licitanet.com.br](mailto:forneecedor@licitanet.com.br).

**2.11.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do edital:

**2.12.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**2.13.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

**2.14.** Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do certame, devidamente qualificadas, que comprovarem eficazmente os requisitos deste edital.

**2.15.** Haverá prioridade de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, localizadas no Município de São Felipe do Oeste/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Alta Floresta d'Oeste/RO, Alto Alegre dos Parecis/RO, Cacoal/RO, Castanheiras/RO, Espigão d'Oeste/RO, Santa Luzia d'Oeste/RO, Novo Horizonte d'Oeste/RO, Primavera de Rondônia, Pimenta Bueno e Rolim de Moura/RO), até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, nos termos dos § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, combinado com o disposto no Decreto Municipal nº 3182 de 27 de abril de 2026, e nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional (NOS CASOS CABÍVEIS).

**2.16.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.17.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.18.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.19.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.19.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.19.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.19.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.19.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.19.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.19.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.19.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.19.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.19.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.19.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.20.** O impedimento de que trata o item 1.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.21.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 1.9.2 e 1.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.22.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.23.** O disposto nos itens 1.9.2 e 1.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua





como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.24.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.25.** A vedação de que trata o item 1.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens deste Edital.

**3.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.4.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.4.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.5.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.6.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.7.** A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



**3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.11.1** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.12.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.13.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 2.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor total do lote único (valor global);

**4.1.2.** Marca;

**4.1.3.** Fabricante;

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.5.1.** O licitante deverá formular sua proposta contemplando todos os tributos, encargos e custos incidentes sobre a execução contratual, observando seu regime tributário próprio. Caso a licitante seja optante pelo Simples Nacional, deverá as disposições da Lei Complementar 123/2006, sendo de sua inteira responsabilidade o correto enquadramento tributário e o reconhecimento dos tributos devidos, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por eventual desenquadramento.

**4.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.7.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.8.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**4.8.1.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no edital.

**4.9.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. GARANTIA DA PROPOSTA**

**5.1** As licitantes deverão, como pré habilitação, prestar garantia de proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor global estimado para presente contratação, conforme disposto no art. 58 da Lei n.º 14.133/21.

**5.2** A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

**5.3** A garantia será liberada:

- a) Para as licitantes não vencedoras, após a homologação do certame;
- b) Para a licitante vencedora, após a assinatura do contrato e a prestação da garantia contratual, se exigida.

**5.4** A garantia de proposta terá validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data de apresentação da proposta.

**5.5** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

**5.6** A empresa deverá em contato com o setor de pagamento da prefeitura Municipal de São Felipe D'Oeste através do tel ( 69) 3445-1102 no horário da 07h:00 as 12h:00 e das 14h:00 as 17h:00, nas





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



sextas feiras das 07h:00 as 13h:00, afim de informações a respeito da conta bancaria da Prefeitura.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 50,00 (cem) reais**.
- 6.8.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.9.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 6.10.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



**6.11.** Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**6.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.11.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.11.3** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.11.4** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.11.5** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**6.12.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 4.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**6.12.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.12.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.12.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.12.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.12.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE**  
**Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000**  
**CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960**



- 6.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.19.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.19.2.2.** Empresas brasileiras;
- 6.19.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.21.** 4.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.21.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.21.2** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.21.3** O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.21.4** É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.21.5** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7 DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.21** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 1.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.21.1 SICAF;**

**7.21.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**7.21.3** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.22** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**7.23** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**7.23.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**7.23.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**7.23.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.24** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.25** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.

**7.26** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.27 Será desclassificada a proposta vencedora que:**

**7.27.1** conter vícios insanáveis;

**7.27.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

**7.27.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.27.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.27.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.28** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.28.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

**7.28.1.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.28.1.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.29** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**7.29.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**7.29.2** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**7.29.3** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**7.29.4** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**7.30** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.31** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.31.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico- financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**7.31.2** Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

**7.31.3** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

**7.31.4** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

**7.32** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**7.32.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.32.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **8 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.21** Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.22** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.23** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**8.24** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



**8.25** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 120 (cento e vinte) Minutos, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

**8.26** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.27** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.28** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.29** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.30** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.31** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.32** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.33** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021). O artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, obriga a apresentação dessa declaração.

**8.34** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.35** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.36** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**8.37** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo telefone (69) 3535-2711, a SEMPOG designará um técnico para realizar o acompanhamento, no período entre a data de publicação do Edital e 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da licitação, a SEMPOG organizará modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**8.38** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.39** A habilitação do licitante (anexada no habilitanet) poderá ser comprovada mediante consulta online a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF.

**8.39.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.40** A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.40.1** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.41** A verificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.41.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.41.2** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.42** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**8.42.1** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.42.2** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.43** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.44** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto.

**8.45** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.46** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**8.47** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**8.48** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**8.48.1** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**8.48.2** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**8.48.3** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**8.48.4** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**8.48.5** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**8.48.6** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**8.48.7** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

**8.49** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



**8.49.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.50** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.50.1** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de um percentual 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**8.51** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**8.52** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.53** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.54** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.55** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.56** O Atestado de visita aos locais das obras não é obrigatório, porém, as empresas interessadas em participar da licitação, poderá através de seu Responsável Técnico, visitar o local, a fim de verificar todas as condições locais para a execução dos serviços e o perfeito cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**8.56.1** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto a Secretaria Municipal da fazenda de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**8.56.2** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.57** A habilitação do licitante (anexada no habilitanet) poderá ser comprovada mediante consulta online a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF.

**8.57.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**9. HABILITAÇÃO JURÍDICA CONFORME ITEM 7.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA**

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;
- e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.
- f) Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;
- g) Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);
- h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**9.1 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA CONFORME ITEM 7.4 DO TERMO DE REFERÊNCIA)**

- a) Cartão de CNPJ- Comprovante de inscrição e situação cadastral ( art. 68; inciso I da lei 14133/21);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (art. 68 inciso III da Lei 14.133/2021);
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (art. 68 inciso III da Lei 14.133/2021);
- d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (art. 68 inciso III da Lei 14.133/2021);
- e) Certidão de regularidade do FGTS, admitida comprovação também , por meio de “ certidão positiva com efeito de negativo” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento ( Art. 68, Inciso IV da Lei 14.133/2021);
- f) Certidão de regularidade perante a justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal nº 12440/2011 de 07/07/2011). Esta Certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa (Art. 68, Inciso V da Lei 14.133/2021);



g) Certidão negativa do TCE/RO (<https://tcero.tc.br/certidao-negativa-tce/>).

## **9.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - CONFORME ITEM 7.6 DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**9.2.1** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços de construção e reformas de edifícios.

**9.2.2** Entende-se por pertinente e compatível em quantidades e prazos, os acervos técnicos ou atestados que comprovem a execução de, no mínimo, 40% do quantitativo dos itens de maior relevância da planilha orçamentária, baseado nos quantitativos totais. Assim solicitamos as seguintes características mínimas:

Descrição do serviço	Quantidade mínima a comprovar	Quantidade Exigida em m <sup>2</sup>
Construção ou Reforma em edifícios	40% m <sup>2</sup> da área da Construção	120m <sup>2</sup>

**9.2.3** Prova de Registro ou Inscrição da licitante e de seu Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), ou ainda no órgão competente da categoria, da região da sede da empresa, bem como documento que comprove o vínculo deste com a empresa;

**9.2.4** Declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante, devendo fazer parte da equipe:

a) 01 (um) profissional formado em engenharia Civil e/ou Arquitetura com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, devendo permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços;

b) 01 (um) encarregado de serviços, com experiência profissional comprovada em serviços de natureza compatível com o objeto da presente licitação, para permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços;

**9.2.5** Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, em plena validade;

**9.2.6** Certidões de Acervo Técnico - (CAT) expedida pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprovem a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, em nome dos responsáveis técnicos.

**9.3.7** A comprovação de que o responsável técnico pertence ao quadro permanente da empresa deve ser feita da seguinte forma:

a) Apresentação do contrato social, quando o responsável técnico pertencer ao quadro societário da empresa;

b) Apresentação de cópia da CTPS do responsável técnico com a devida anotação



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



de emprego na licitante, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido que comprove o emprego na licitante;

**c)** Contrato de Prestação de Serviços, regido pela legislação civil, com as firmas devidamente reconhecidas em cartório por ambas as partes, ou digitalmente com data anterior ao certame.

**9.3.8** Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar declaração de compatibilidade de valores, projetos e condições de execução (conforme modelo no **Anexo [II]**).

### **9.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO PROFISSIONAL**

**9.3.1** Engenheiro Civil, ou profissional que tenha atribuições na área de atuação, devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica comprovando a capacidade técnico-profissional do serviço abaixo:

Descrição do Serviço				
ITEM	ETAPA DA OBRA	PRINCIPAIS SERVIÇOS	MATERIAL / MÉTODO CONSTRUTIVO	PERCENTUAL MÍNIMO SOBRE OBJETO.
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	Placa de obra, limpeza, locação, tapumes, instalações provisórias, PGR/NR-18	Madeira, chapa galvanizada, concreto simples, sinalização, EPIs	2%
2	INFRAESTRUTURA / FUNDAÇÕES	Escavação, estacas, blocos, sapatas, baldrame, vigas de fundação	Concreto armado fck $\geq$ 25 MPa, aço CA-50/60, pré-moldado, impermeabilização	12%
3	SUPERESTRUTURA	Pilares, vigas, lajes, escadas, estrutura metálica, pré-moldados	Concreto armado, aço estrutural galvanizado, vigas industrializadas	20%
4	ALVENARIA E FECHAMENTOS	Paredes, blocos, embasamento, cobogós, vergas, muros	Bloco cerâmico, bloco estrutural, concreto, argamassa industrializada	10%
5	COBERTURA	Estrutura metálica, telhamento, calhas, rufos, cumeeiras	Aço galvanizado, telha metálica/telha cerâmica, alumínio, parafusos zincados.	8%
6	REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS	Chapisco, reboco, emboço, contrapiso, pisos, cerâmicas, pintura, forros	Argamassas, granilite, porcelanato, tinta acrílica, PVC/gesso.	15%
7	ESQUADRIAS	Portas, janelas, portões, ferragens, vidros	Alumínio, aço, madeira tratada, vidro temperado.	5%
8	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	Água fria, esgoto, reservatórios, louças, metais, drenagem	PVC, PPR, concreto pré-moldado, louças sanitárias	6%
9	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	Entrada de energia, quadros, cabeamento, iluminação, SPDA	Cabos cobre, eletrodutos, disjuntores DIN, luminárias LED	7%
11	SERVIÇOS FINAIS	Limpeza, testes,	Mão de obra	1%



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



		entrega técnica, comissionamento	especializada,	
--	--	-------------------------------------	----------------	--

#### **9.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (CONFORME ITEM 7.5 DO PROJETO BÁSICO)**

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas. (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021).
- c) O Balanço deve ser apresentado com o pertinente Termo de Abertura e Encerramento, devidamente REGISTRADO E/OU AUTENTICADO pela Junta Comercial do Estado, sede da empresa licitante ou que tenha sido transmitido via SPED.
- d) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superior a 1 (um);
- e) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação: capital mínimo (licitantes constituídas a menos de um ano) e patrimônio líquido mínimo (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.
- f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- g) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- h) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- i) No caso de empresa constituída a menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, substituível pelo Balanço de Abertura, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado ou que tenha sido transmitido via SPED.
- j) As Certidões, Registros, Inscrições e Certificados de que tratam os itens acima, que não contiverem expressamente, os prazos de validade, na data da apresentação da proposta, ou justificativa de sua ausência consignada pelo órgão expedidor, só serão aceitas pela Comissão de Licitações, caso tenham sido emitidas nos últimos 60 (sessenta) dias corridos, sob pena de inabilitação.

## **10. DOS RECURSOS**

**10.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**10.2.1** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

**10.2.2** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**10.2.3** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**10.2.4** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

**10.2.5** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**10.3** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**10.4** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.5** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**10.6** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.7** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.8** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.9** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através da plataforma LICITANET.COM.

## **11 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**11.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**11.1.1** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

**11.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**11.1.2.1** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**11.1.2.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**11.1.2.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**11.1.2.4** deixar de apresentar amostra; ou

**11.1.3** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**11.1.4** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.4.1** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**11.1.5** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**11.1.6** fraudar a licitação

**11.1.7** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**11.1.7.1** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**11.1.7.2** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**11.1.8** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**11.1.9** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**11.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**11.2.1** advertência;

**11.2.2** multa;

**11.2.3** impedimento de licitar e contratar; e

**11.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**11.3.2** as peculiaridades do caso concreto;

**11.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**11.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**11.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.4** As multas serão aplicadas nos termos do item 22 do Projeto Básico, parte integrante do edital.

**11.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**11.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



**11.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**11.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**11.10** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**11.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.12** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**11.13** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**13.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica através da plataforma LICITANET.COM.

**13.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.5** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.6** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



## **14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**14.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

**14.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**14.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**14.10** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.saofelipe.ro.gov.br/>.

**14.11** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**14.11.1** ANEXO I – Projeto Básico/Termo de Referência

**14.11.2** ANEXO II – Modelo declaração de compatibilidade de valores, projetos e condições de execução

**14.11.3** ANEXO III – Modelo de Declaração de instalação, equipamentos e pessoal técnico

**14.11.4** ANEXO IV – Modelo de Carta Proposta

**14.11.5** ANEXO V – Declaração de autenticidade

**14.11.6** ANEXO VI – Modelo de declaração de Sustentabilidade Ambiental

**14.11.7** ANEXO VII – Declaração de atendimento ao inciso XXXXIII do art. 7ª da constituição Federal.

**14.11.8** ANEXO VIII – Minuta de Termo de Contrato



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



São Felipe do Oeste -RO, 30 de abril de 2026.

Elaborado por:

Pablíane Fernandes Barancelli  
Presidente - SML



## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. INTRODUÇÃO GERAL

1.1. Constitui objetivo deste termo de referência identificar o detalhamento do material a ser adquirido com a caracterização das especificações técnicas, a justificativa da demanda, deveres das partes, assim como estabelecer prazo, modo de fornecimento, a estimativa da despesa e demais informações que possam fornecer elementos básicos para iniciar a contratação de bens e serviços almejados pela Administração.

### 2. OBJETO:

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em construção civil para a execução da obra de construção de prédio público destinado ao funcionamento do Almoxarifado Central, conforme projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram o processo.

2.2. A execução da obra deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, a legislação vigente, bem como as especificações constantes nos projetos e documentos que compõem o presente instrumento.

### 3. JUSTIFICATIVA:

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de construção de prédio público destinado ao funcionamento do Almoxarifado Central, tendo em vista que atualmente o serviço opera em imóvel alugado, gerando despesas contínuas com locação.

3.2. Ressalta-se que o imóvel atualmente utilizado não foi originalmente projetado para atender às demandas específicas de armazenamento público, apresentando limitações estruturais e operacionais.

3.3. Ademais, o proprietário mantém residência na parte superior do prédio ocorrendo risco concreto de descontinuidade do serviço, tendo em vista a possibilidade de alienação do imóvel pelo proprietário a qualquer tempo, o que poderia ocasionar a necessidade de desocupação imprevista e consequente prejuízo à Administração Pública. Destaca-se também que, no momento, não há outro imóvel disponível no município que atenda adequadamente às demandas operacionais do Almoxarifado Central, especialmente quanto à área mínima necessária, localização estratégica, condições de segurança e viabilidade de adaptação.

A construção de sede própria proporcionará:

- Estabilidade e continuidade na prestação do serviço público;
- Redução de despesas permanentes com locação;
- Maior segurança patrimonial e operacional;
- Estrutura adequada às necessidades de armazenamento e logística;
- Valorização do patrimônio público.

3.4. Diante do exposto, a construção de prédio próprio apresenta-se como solução técnica e economicamente mais vantajosa, garantindo maior estabilidade, eficiência administrativa e





melhor gestão dos recursos públicos.

## 5. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE

5.1. As quantidades a serem contratadas foram baseadas conforme projeto, planilhas, memorial descritivo e demais documentos que compõem o processo.

### 5.2. Da planilha de objeto e orçamentaria:

Cód	Descrição	Unid.	Quant.	Valor
24341	Construção de um prédio público denominado de almoxarifado central do Município de São Felipe d'Oeste, conforme projeto de engenharia e demais documentos que compõem o processo.	Serv.	01	<b>R\$519.653,67</b>
Total				<b>R\$519.653,67</b>

### 5.3. DESCRIÇÃO, PREÇO PROPOSTO E VALOR DO CONTRATO:

5.3.1. **Preços propostos:** deverão estar inclusos, todos os custos diretos e indiretos, para a prestação de serviço;

5.3.2. **Valor:** O valor do eventual contrato será de acordo com os valores especificados na Proposta. Todas as despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta dos recursos orçamentários e financeiros:

a) ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, necessário à sua execução, nos termos da Lei 14.133/2021 e LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

## SEMAF – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ARRECADAÇÃO E FINANÇAS

As despesas serão cobertas com recurso do Orçamento vigente, autorizado pela Lei Municipal 1661/2025– LOA 2026.

**Órgão:** 03 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**Unidade Orçamentária:** 03.001 - Gabinete da SEMAF

**Função Programática:** 03.001.15.451.0009.1.437 - Construção Barracão Almoxarifado Central - Transferências Especiais – Programa 090320023 e Plano de Ação nº 036323

**Função Programática:** 03.001.04.122.0009.2.006 - Manutenção das atividades da secretaria de administração e fazenda

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações

**Desdobramento:** 99 – Outras Obras e Instalações

**Fonte de recursos:** 25000000 – Recursos não Vinculados de Impostos - Exercícios Anteriores

**Fonte de recursos:** 27060100 - Transferência Especial da União - Emenda Individual - Exercícios Anteriores

## 6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/REQUISITOS NECESSÁRIOS

6.1. O objeto a ser construído trata-se de uma obra de construção, com área total construída



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



de 300,00 m², com as seguintes características principais:

**6.1.1.** A edificação deverá garantir espaço adequado para armazenamento organizado dos produtos, promovendo melhoria na logística interna, segurança no acondicionamento dos materiais e melhores condições de trabalho aos servidores, assegurando funcionalidade, durabilidade e eficiência operacional.

**6.1.2.** As especificações técnicas detalhadas da obra encontram-se descritas no Memorial Descritivo e Especificações Técnicas, documento integrante e indissociável do presente processo administrativo, o qual estabelece os critérios, normas, materiais, métodos executivos, padrões de qualidade e demais condições necessárias à perfeita execução do objeto.

**6.1.3.** O referido memorial deverá ser rigorosamente observado pela contratada, prevalecendo suas disposições em conjunto com os projetos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

**7.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **7.2. Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **7.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**7.3.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**7.3.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**7.3.3.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI,

**7.3.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**7.3.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**7.3.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**7.3.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**7.3.8.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**7.3.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **7.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**7.4.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**7.4.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**7.4.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**7.4.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho,

**7.4.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes MUNICIPAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**7.4.6.** Prova de regularidade com a Fazenda ESTADUAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**7.4.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ESTADUAL/MUNICIPAL ou relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **7.5. Qualificação Econômico-Financeira**

**7.5.1.** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**7.5.2.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**7.5.3.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentado com o pertinente Termo de Abertura e Encerramento, devidamente REGISTRADO E/OU AUTENTICADO pela Junta Comercial do Estado, sede da empresa licitante ou que tenha sido transmitido via SPED, comprovando:



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



- índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**7.5.4.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

**7.5.5.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**7.5.6.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**7.5.7.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **7.6. Qualificação Técnica**

**7.6.1.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços de construção e reformas de edifícios.

**7.6.2.** Prova de Registro ou Inscrição da licitante e de seu Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), ou ainda no órgão competente ao da categoria, da região da sede da empresa, bem como documento que comprove o vínculo deste com a empresa;

**7.6.3.** Declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante, devendo fazer parte da equipe:

**a)** 01 (um) profissional formado em engenharia Civil e/ou Arquitetura com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, devendo permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços;

**b)** 01 (um) encarregado de serviços, com experiência profissional comprovada em serviços de natureza compatível com o objeto da presente licitação, para permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços;

**7.6.4.** Certidões de Acervo Técnico - (CAT) expedida pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprovem a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, em nome dos responsáveis técnicos.

**7.6.5** A comprovação de que o responsável técnico pertence ao quadro permanente da empresa deve ser feita da seguinte forma:

**7.6.5.1.** Apresentação do contrato social, quando o responsável técnico pertencer ao quadro societário da empresa;

**7.6.5.2.** Apresentação de cópia da CTPS do responsável técnico com a devida anotação de emprego na licitante, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido que comprove o emprego na licitante;





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



**7.6.5.3.** Contrato de Prestação de serviços, regidos pela legislação civil, com as firmas devidamente reconhecidas em cartório por ambas as partes, ou digitalmente com data anterior ao certame.

**7.6.5.4.** Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar declaração de compatibilidade de valores, projetos e condições de execução (conforme modelo no **Anexo (III)**).

## **8. DAS DECLARAÇÕES**

**8.1.** O licitante obriga-se a declarar sob as penalidades legais, podendo ser mediante os modelos em anexo, ou pelo modelo do sistema **LICITANET**:

**8.2.** Declaração que não Emprega Menor, conforme inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

**8.3.** Declaração de Micro Empresa ou EPP, quando aplicável.

**8.4.** Declaração de Fato Superveniente ou Impeditivo da habilitação.

**8.5.** Declaração de Habilitação e Elaboração Independente de Proposta.

**8.6.** Declaração que não possui no quadro de funcionários servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, parágrafo 1º da Lei Federal nº14.133/21;

**8.7.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.8.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no artigo 3º da Lei Complementar nº123, de 2006. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.9.** Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

**8.10.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.11.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**8.12.** No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

**8.13.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO/ CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE**

**9.1.** A secretaria Municipal de Administração Arrecadação e Finanças – SEMAF não aceitará ou receberá qualquer serviço com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes do edital ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à Contratada efetuar os reparos





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



necessários em prazo a ser determinado, sem direito a indenização, sob pena de aplicação de sanções previstas e/ou rescisão contratual.

**9.2.** O fiscal do contrato designado pela secretaria Municipal de Administração Arrecadação e Finanças – SEMAF receberá o objeto de forma provisória e definitivamente, mediante atestação. A execução da obra segue uma sequência lógica de etapas para garantir a sua realização de forma organizada e eficiente.

**9.3.** As etapas serão estabelecidas em conformidade com o cronograma físico financeiro da obra. A vistoria deverá ser realizada com a presença do responsável técnico da obra que realizará uma vistoria geral para assinalar todos os retoques e arremates necessários, que deverão ser providenciados imediatamente. Também será providenciada a retirada de entulhos e restos de materiais, deixando tudo limpo e em ordem. Será procedida a verificação das perfeitas condições da obra.

## **10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**10.1.** A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal, que Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Felipe d'Oeste, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. O Responsável Técnico pela fiscalização obra será indicado pela secretaria Municipal de Administração Arrecadação e Finanças – SEMAF, que acompanhará a construção assinalando todos os retoques e arremates necessários para a conclusão dos itens.

## **11. DA FISCALIZAÇÃO:**

**11.1.** O Contratante fiscalizará os serviços por intermédio de Comissão designada de forma a fazer cumprir, rigorosamente este termo de referência o ETP e edital.

**11.2.** A fiscalização é exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e nesta hipótese, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

## **12. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**12.1.** A contratada deverá executar a construção em 90 dias, após o recebimento da Nota de Empenho e emissão da Ordem de Serviço, conforme o cronograma físico-financeiro da obra definido pelos técnicos da secretaria SEMAF do Município de São Felipe d'Oeste-RO.

**12.2.** A vigência do contrato a ser firmado será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada mediante justificativa apresentada pela Empresa vencedora do certame, em conformidade com o Art. 107 da Lei 14.133/21.

## **13. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**13.1.** A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo engenheiro da prefeitura municipal de São Felipe D'Oeste e o responsável pela fiscalização da execução do Contrato Administrativo o Fernando mendonça, o qual poderá a qualquer tempo solicitar auxílio técnico do departamento diversos da Administração. Pelo acompanhamento da aquisição e contratação do serviço do Termo de Referência da secretaria Municipal de Administração, Arrecadação e finanças, o Sr. Izaque Alves.



#### **14. LOCAL DE EXUCAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**14.1.** Localizado na RUA JUDITE PACHECO DA SILVA, centro, sem número, São Felipe d'Oeste-RO, 76977-000.

#### **15. DO PAGAMENTO**

**15.1.** Após a realização dos serviços, em conformidade com o previsto neste Termo de Referência, será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do aceite definitivo, após apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

**15.2.** Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

**15.3.** Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;

**15.4.** Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida;

**15.5.** Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins e atendimento das condições contratuais;

**15.6.** A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições Financeiras;

**15.7.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade;

**15.8.** O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA;

**15.9.** Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento;

**15.10.** É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Certidão Negativa Municipal.

#### **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**16.1.** Manter, durante a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**16.2.** Cumprir todas as normas de segurança do trabalho, fornecer, inclusive, os respectivos equipamentos de proteção aos seus empregados.

**16.3.** Fornecer toda a mão de obra, materiais, ferramentas e equipamentos necessários ao pleno desenvolvimento dos serviços contratados.

**16.4.** Fornecer pessoal devidamente habilitado e qualificado para prestação dos serviços contratados.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



- 16.5.** Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e outros advindos do contrato.
- 16.6.** Responder por quaisquer danos que venham a ser causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, no exercício de suas tarefas.
- 16.7.** Deverá o Responsável Técnico da CONTRATADA, acompanhar todas as etapas dos serviços.
- 16.8.** Responsabilizar-se integralmente para com a execução do objeto contratado, sendo que a presença da fiscalização da Prefeitura Municipal, não diminui ou exclui esta responsabilidade.
- 16.9.** Cumprir corretamente as instruções do CONTRATANTE em relação ao local onde deverá ser executado os serviços, devendo executá-los no prazo máximo pré-estabelecido.
- 16.10.** Assumir, por sua exclusiva responsabilidade, as despesas com assistência médica e hospitalar de pessoal alocado aos serviços em condições normais ou em regime de horário extraordinário.
- 16.11.** Segurar, obedecendo a disposições trabalhistas e previdenciárias específicas, todo o pessoal aplicado ao objeto Contratado, contra riscos de acidente do trabalho.
- 16.12.** Prover os empregados de identificação, zelando para que os mesmos trabalhem de forma zelosa e ordeira.
- 16.13.** Contratar e dispensar, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, todo o pessoal necessário à prestação dos serviços contratados, bem como, o pagamento dos encargos trabalhistas e sociais devidos, nos prazos da lei.
- 16.14.** Fornecer mão de obra, equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços contratados. Todos os equipamentos e utensílios a serem utilizados na prestação dos serviços, deverão ser registrados por ocasião da entrada no local de trabalho e não poderão ser retirados sem apresentação de uma ordem escrita de saída, não se responsabilizando o CONTRATANTE, pelo extravio dos mesmos. As despesas com transporte dos equipamentos e utensílios correrão por conta da CONTRATADA, bem como o seguro contra roubo e incêndio.
- 16.15.** Responsabilizar-se pela supervisão, coordenação e execução dos serviços contratados, devendo comandá-los por seus prepostos, obrigando-se a observar todos os requisitos recomendados pelas normas brasileiras pertinentes, podendo o CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, pedir a substituição quando assim o desejar, sem qualquer ônus para a mesma, ficando ainda, facultado a esta, através dos seus representantes, a verificação dos serviços executados ou em execução, sem que, razão disso cesse ou fique diminuída a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeição e segurança dos serviços executados.
- 16.16.** Manter no(s) local (is) dos serviços contratados profissional legalmente habilitado, o qual deverá permanecer na obra durante o tempo necessário para perfeita execução dos mesmos.
- 16.17.** Assumir todos os encargos previdenciários e trabalhistas e FGTS dos seus empregados utilizados na execução dos serviços, mantendo-os rigorosamente e de acordo com as disposições legais em vigor, no seguro contrato acidentes do trabalho e quaisquer outros que a lei exige ou venha a exigir.
- 16.18.** Responder perante o CONTRATANTE e a terceiros por prejuízos causados em razão dos atos praticados na execução dos serviços a seu cargo, por si e por seus empregados utilizados direta ou indiretamente.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



- 16.19.** Fornecer aos seus empregados utilizados na execução dos serviços contratados, transporte, refeições, uniformes e equipamentos de proteção individual, observando os padrões já utilizados pelos empregados da Contratante ou indicados por ela.
- 16.20.** Ficará a cargo da CONTRATADA toda a segurança e prevenção contra acidentes severa, vigilância sobre os mesmos.
- 16.21.** Manter limpa e organizada a área de trabalho durante e no término dos serviços. A liberação de pagamento total ou parcial ficará condicionada ao cumprimento também deste item.
- 16.22.** No caso de eventual reclamação trabalhista promovida contra a CONTRATADA, pelos empregados utilizados na execução dos serviços objeto do contrato, em que o CONTRATANTE seja chamado, como solidária, fica desde já pactuada que a CONTRATADA se obriga a tomar todas as medidas e providências cabíveis, visando excluir o CONTRATANTE do polo passivo da relação processual, assumindo, ela CONTRATADA, em qualquer caso, toda e qualquer responsabilidade por eventual débito trabalhista oriundo do contrato, mesmo após o término do mesmo.
- 16.23.** Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do contrato objeto desta licitação, qualquer vínculo empregatício de responsabilidade do CONTRATANTE, com relação ao pessoal que a CONTRATADA utilizar, direta ou indiretamente, na execução dos serviços contratados, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA, única responsável como empregadora, todas as despesas com esse pessoal, inclusive os encargos decorrentes da legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, securitária ou qualquer outra, obrigando-se a CONTRATADA ao cumprimento das disposições legais, quer quanto à remuneração do seu pessoal como dos encargos de qualquer natureza, especialmente do seguro contra acidentes do trabalho.
- 16.24.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas regulamentadoras (NR's) de segurança do Ministério do Trabalho e Emprego, provendo seus empregados dos equipamentos de proteção individual (EPI), com respectivos CA (Certificado de Aprovação) atualizado, conforme as exigências de cada função e do respectivo posto de trabalho, mantendo ficha de controle de fornecimento de EPI (atualizada e assinada), bem como realizar o treinamento quanto ao seu uso e conservação corretos.
- 16.25.** Elaborar e fornecer ao Contratante o Projeto Executivo da Obra a Executar, de acordo com as normas vigentes, orientações técnicas pertinentes e lei 14.133/2021.

## **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 17.1.** Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº. 14.133/21, a Prefeitura do Município de São Felipe D'Oeste deverá:
- 17.2.** Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.
- 17.3.** Autorizadas às contratações, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato ou instrumento equivalente pela Administração, se for o caso;
- 17.4.** Notificar o fornecedor registrado quanto aos serviços fornecidos mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo fornecedor;
- 17.5.** Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados;
- 17.6.** Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



**17.7.** Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços, objeto da contratação, de forma a garantir que aqueles continuem a ser os mais vantajosos para a Administração Pública Municipal;

**17.8.** Documentar as ocorrências havidas;

**17.9.** Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo contratante, não devem ser interrompidas;

**17.10.** Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

**17.11.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela contratada;

## **18. DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** O licitante ou o CONTRATADO será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**18.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**18.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**18.1.3.** A inexecução parcial dos compromissos assumidos em função do contrato sujeitará a(o) CONTRATADA à multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

**18.1.4.** dar causa à inexecução total do contrato;

**18.1.5.** A total inexecução dos compromissos assumidos em função do contrato sujeitará a(o) CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total de cada item inadimplido que lhe foi adjudicado, atualizado à data do inadimplemento, adotando-se como índice de variação o IPC-FIPE.

**18.1.6.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**18.1.7.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**18.1.8.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**18.1.9.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**18.1.10.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**18.1.11.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**18.1.12.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**18.1.13.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**18.1.14.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**18.1.15.** De conformidade com o estabelecido nos artigos 156 a 158 da Lei nº 14.133/2021, a licitante/contratada que descumprir as condições estabelecidas neste edital de ficará sujeita às seguintes penalidades:

**18.2.** advertência;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



**18.2.1.** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, a juízo da Administração;

**18.2.2.** impedimento de licitar e contratar com a Administração por prazo não superior a 3(três) anos o licitante que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**18.2.3.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. O licitante ou CONTRATADO que:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**18.2.4.** As sanções previstas nos itens 16.2.1 e 16.2.3 acima poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 16.2.2.

**18.2.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**18.2.6.** A aplicação das sanções previstas no item 16 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**18.2.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 16.2.2 acima, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**18.2.8.** A aplicação de qualquer sanções previstas acima obedecerá ao depostos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

**18.2.9.** Pelo descumprimento de obrigações acessórias, tais como a não apresentação de quaisquer dos documentos atinentes à entrega e/ou execução do objeto, será cominada multa de 1% (um por cento), calculada sobre o valor do contrato.

**18.2.10.** As penalidades serão registradas no cadastro da(o) CONTRATADA, quando for o caso.

**18.2.11.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a(ao) CONTRATADA em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**18.2.12.** O(s) valor(es) da(s) multa(s) aplicada(s) deverá(ao) ser(em) recolhido(s) no prazo



de 3 (três) dias úteis na Tesouraria do Município de São Felipe D'Oeste/RO contados da data da respectiva notificação.

**18.2.13.** As multas aplicadas não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na mencionada Lei.

**18.2.14.** Após a aplicação de qualquer penalidade, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial, constando o fundamento legal da punição e informando que o fato será registrado no Cadastro.

**18.2.15.** As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

## **19. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**19.1.** Para assinar o contrato, deverá o Licitante vencedor prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme previsto nos arts. 96 a 98 da Lei 14.133/2021, sob pena de decair o direito à contratação.

**19.2.** O prazo de vigência da garantia deverá prevalecer durante a execução do contrato e 03 (três) meses após o termo da vigência contratual, devendo este prazo ser renovado a cada prorrogação.

**19.3.** A caução inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5% (cinco por cento) do valor vigente do contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos se houver).

**19.4.** A garantia e seus reforços poderão ser realizados em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil

**19.5.** No caso de fiança bancária, esta deverá ser, a critério da licitante, fornecida por um banco localizado no Brasil, pelo prazo da duração do contrato, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do Município de São Felipe d'Oeste-RO, sob pena de rescisão contratual, ressalvados os casos em que a duração do contrato for inferior ao prazo acima estipulado, quando deverá a caução ser feita pelo prazo contratual.

**19.6.** No caso da opção pelo seguro garantia o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome do Município de São Felipe d'Oeste, e somente será aceita se cobrir e assegurar: (1) o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; (2) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e (3) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA pelo prazo da duração do contrato, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do Município de Pimenta Bueno, sob pena de rescisão contratual.

**19.7.** No caso de opção por Títulos da Dívida Pública, estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual esta informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização, condições de resgate.

**19.8.** A garantia prestada pela CONTRATADA, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de: (1) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; (2) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



a execução do contrato; (3) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA e (4) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

**19.9.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Município de São Felipe D'Oeste com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**19.10.** A garantia prestada, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada total ou parcialmente, para fins de ressarcimento, indenização inclusive a terceiros e pagamento de multas contratuais de qualquer natureza.

**19.11.** A garantia quando prestada em dinheiro pela CONTRATADA lhe será restituída ou liberada após o Recebimento Definitivo do(s) serviço(s) e somente após a comprovação que a empresa cumpriu com todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

**19.12.** As modalidades de seguro garantia e de fiança bancária não podem trazer cláusulas restritivas do uso da garantia e nem de limitações de prazo para comunicado de sinistro, se for o caso.

## **20. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO:**

**20.1.** O Município de São Felipe d'Oeste poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

## **21. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

**21.1.** O contrato deve ser cumprido conforme as cláusulas acordadas e a Lei nº 14.133/2021, sendo cada parte responsável por eventuais descumprimentos. Em caso de paralisação ou suspensão, o prazo do contrato será automaticamente prorrogado pelo mesmo período, mediante simples registro. As comunicações formais entre as partes devem ser feitas por escrito, inclusive por meio eletrônico.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**22.1.** Naquilo em que for omissivo, a este documento, reger-se-á pela Lei Federal nº Lei 14.133/2021 e pelo Decreto Federal nº 10.024/2019.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**23.1.** O Termo de Referência, o Edital, bem como a Minuta do contrato são complementares entre si. Qualquer detalhe mencionado em um dos documentos e omitido no outro, será considerado especificado e válido;

**23.2.** Processo será por meio da modalidade de concorrência por se tratar de serviço de engenharia especial.

**23.3.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

**23.4.** As normas disciplinadoras serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



finalidade e a segurança da contratação;

**23.5.** Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados; Em caso de manifestação de desistência do fornecedor fica caracterizado descumprimento total da(s) obrigação(ões) assumida(s), sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garan/a de proposta em favor do órgão ou en/dade licitante, conforme estabelecido no art.90 § 5º da Lei 14.133/2021.

**23.6.** Salientamos que se porventura alguma situação não prevista neste Termo ocorrer, todas as consequências de sua existência serão regidas pela Lei Federal nº Lei 14.133/2021.

Em, 02 de abril de 2026.

Elaborado por:  
Josiane Aparecida Cassaro  
Assistente Administrativo

Autorizado por:

Sidney Borges de Oliveira  
Prefeito Municipal

Izaque Alves  
Secretario Municipal de Administração e Finanças



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE VALORES, PROJETOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Local e data.

#### Ao Setor Municipal de Licitação – SML

Eu, \_\_\_\_\_, Engenheiro Civil, responsável técnico pela empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, em conjunto com o proprietário legal da referida empresa, sediada à \_\_\_\_\_, para fins de participação na Licitação / Tomada de Preços nº \_\_\_\_\_, em atendimento às exigências do Edital e seus anexos, DECLARO, sob as penas da lei, especialmente nos termos da Lei nº 14.133/2021, que:

#### Vistoria e conhecimento prévio do local:

Possuímos pleno conhecimento das condições físicas, topográficas, logísticas, operacionais e de acesso ao local onde será executada a obra, tendo realizado análise técnica suficiente para formação de nossa proposta, reconhecendo que os serviços previstos, inclusive os de movimentação de terra, são compatíveis com a execução integral do objeto licitado.

#### Análise técnica integral dos projetos:

Procedemos à análise minuciosa de todos os documentos técnicos disponibilizados no certame, incluindo projetos arquitetônicos, estruturais, elétricos, hidrossanitários, complementares, memoriais descritivos, especificações técnicas e planilhas orçamentárias.

#### Compatibilidade entre projetos e orçamento:

Após criteriosa verificação técnica, declaramos que os quantitativos, especificações, composições e valores constantes na planilha orçamentária são suficientes e compatíveis para a execução completa, adequada e regular da obra, conforme os parâmetros técnicos e administrativos estabelecidos no edital.

#### Responsabilidade técnica pela conferência:

Declaramos que foi realizada a devida compatibilização entre projetos, memoriais e orçamento, não sendo constatadas divergências técnicas relevantes que inviabilizem a execução integral objeto. Caso tenham sido identificadas inconsistências pontuais, estas foram devidamente avaliadas e não comprometem a plena execução da obra.

#### Responsabilidade legal:

Reconhecemos que esta declaração possui caráter formal, vinculante e produz efeitos jurídicos, administrativos e contratuais, responsabilizando civil, administrativa e criminalmente os signatários pela veracidade das informações prestadas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente para os devidos fins legais.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



---

Engenheiro Civil Responsável Técnico  
CREA/CAU nº \_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo

---

Proprietário / Representante Legal da Empresa  
CPF/ CNPJ nº \_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo

Obs.: as assinaturas digitais serão submetidas a autenticação no site de validação do governo federal. Se assinada a punho, a mesma deve ser reconhecida em cartório.

Esta declaração, uma vez assinada, integra a documentação oficial do certame, produzindo todos os efeitos legais cabíveis, inclusive responsabilização por eventual falsidade ideológica, nos termos do art. 299 do Código Penal Brasileiro, além das sanções administrativas previstas na legislação licitatória vigente.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



### ANEXO III

(timbre/identificação da empresa)

#### RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES, DOS EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO.

A empresa (Nome/CNPJ/endereço) declara para fins de participação na licitação da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº001/2026/PMSFO**, que caso seja vencedora do certame, as instalações, os equipamentos/máquinas e o pessoal técnico, abaixo relacionados encontram-se disponíveis para execução dos serviços objeto da presente licitação, bem como, que o Sr. (**indicar nome, n° de documento e qualificação profissional**), detentor dos acervos aqui apresentados, faz parte do quadro permanente da empresa e será o responsável técnico pela obra a qual se refere esta proposta.

**Declaramos ainda que os equipamentos/máquinas, bem como as instalações aqui relacionadas encontram-se em perfeitas condições de uso.**

#### INSTALAÇÕES:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	OBSERVAÇÕES

#### EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO DE FAB.	CAP/POT

#### PESSOAL TÉCNICO:

QUANT.	QUALIFICAÇÃO	LOTAÇÃO

NOME DA EMPRESA

ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA

endereço, e telefone para contato

Obs: Os quadros acima deverão ser preenchidos com observância à relação mínima fornecida pelo DER, ou ainda, na ausência desta, de acordo com projeto apresentado pela empresa para execução da obra, em quantidades e qualidades essenciais à garantia do cumprimento das obrigações caso a empresa seja vencedora do certame.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



## ANEXO IV

### MODELO DE CARTA PROPOSTA

#### SETOR MUNICIPAL DE LICITAÇÃO PARA LICITAR OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Situado na Rua Theodoro Rodrigues da Silva, 667 - Bairro Centro, – São Felipe do Oeste – Rondônia. Fone: (0xx) 69-XXXX-XXXX.

**Referência: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2026/PMSFO.**

Abertura:..... de ..... de 2026.

Horas: Às..... horas.

Senhor (a) Presidente,

Encaminhamos à essa Comissão Permanente de Contratação para Licitar Obras e Serviços de Engenharia, do Município de São Felipe do Oeste, nossa Proposta em anexo, referente a Licitação em epígrafe, objetivando a execução dos serviços:

Nossa Proposta tem PREÇO fixado em R\$..... (.....), compostos e irrecorríveis de acordo com exigências do Edital. O prazo para execução dos serviços é de ..... (.....) dias corridos, contados da ordem de serviços. O prazo de validade de nossa proposta é de ..... (.....) dias, a partir da abertura da proposta.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Atenciosamente,

---

EMPRESA LICITANTE/CNPJ

---

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

À  
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO–SML

a) A empresa ....., devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º ....., localizada na rua .., n.º ....., na cidade de ....., do estado de....., DECLARA que os documentos apresentados para o certame denominado **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**, são autênticos.

....., em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

---

EMPRESA LICITANTE/CNPJ



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



## ANEXO VI

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

PROPONENTE: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
CNPJ \_\_\_\_\_  
FONE/FAX \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a 950/2025, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG/CPF:  
Cargo





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



## ANEXO VII

### DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

*Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.*

...., \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

.....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



## ANEXO VIII

### MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxxx/xxxx

#### 1. DAS PARTES:

**1.1-MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE-RO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Theodoro Rodrigues da Silva, nº 667 - Centro, nesta cidade de São Felipe D'Oeste, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.745.389/0001-94, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Sidney Borges de Oliveira, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG. 563.627 SSP/RO e CPF nº 079.774.697-82, doravante denominado, simplesmente, **CONTRATANTE**.

**1.2- xxxxxxxxxxxx**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o xxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxx, nº 3617 na cidade xxxxxxxxxxxx, Estado de xxx, neste ato representada por seu representante legal, Sr xxxxxxxx, brasileiro, portador do CI/RG nº ssssssssss e inscrito no CPF/MF sob nº ssssssssss, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

#### 2- DO SUPORTE LEGAL

**2.1**-Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei Federal nº 14.133/21 em seu artigo 6º inciso XXXVIII, na modalidade de xxxxxxxx do Processo Administrativo xxxxxxxx com homologação em xxxxxxxx do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, bem como nas demais normas inerentes à matéria e ainda nas Cláusulas do presente Instrumento Contratual.

#### 3- DO OBJETO

**3.1-A CONTRATADA** se obriga pelo presente Instrumento Particular, a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx conforme descrito a seguir:

ITEM	Emp.	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL
x	x	xxx	Serv.	xxxxxxx	x	x	x

**Total do Empenho**

**R\$ xxxxxx**

**3.2-** O prazo de realização da entrega dos serviços de xxxxxxxx neste ato contratado será de até xxxxxxxx) dias a contar da assinatura da Ordem de Serviço, sendo que a ordem de serviço deverá ser considerada a partir do dia xxxxxxxx e ou recebimento da cópia do empenho pela Contratada, conforme Termo de Referência.

#### 4- DO FATO GERADOR CONTRATUAL/VINCULAÇÃO

**4.1-** O presente Instrumento contratual foi firmado em decorrência do Despacho Adjudicatório e Homologatório pelo Prefeito de São Felipe D'Oeste-RO, da consecução do Objeto e itens relacionados no item xxxxxxx do Processo Administrativo xxxxxxxx com homologação em xxxxxx em conformidade com os ditames da Lei nº 14.133/21, bem como demais Legislações pertinentes à espécie, subsidiariamente também a Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

#### 5- DO VALOR

**5.1-**O Preço Total para atendimento ao objeto deste Contrato é de **R\$ xxxxxxx xxxxxxx**, conforme relação discriminada na tabela do item 3.1 do presente Instrumento Contratual, conforme notas de Empenhos nº xxxxxxx

#### 6- DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



**6.1-** As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à Conta das seguintes funções programáticas facultado à CONTRATANTE, reordenar, realocando os recursos orçamentários e financeiros, necessários em outras fontes de recursos legais ao Objeto Contratado.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**6.2-** Se for o caso de aditivo, nos exercícios subsequentes, as despesas em referência, poderão correr à mesma conta ou àquela correspondente que for destinada a custear este tipo de despesa na **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE D'OESTE**.

## **7- PRAZO**

**7.1- O PRAZO** de vigência do presente Instrumento será de **01 (um) ano** sendo que a empresa Contratada terá o prazo de realização xxxxxx dias a contar da data de assinatura da ordem de serviço e ou recebimento da cópia do empenho. E com a garantia mínima de xxxxx dos serviços executados a partir do recebimento definitivo por parte da Administração Pública conforme Artigo 618 da Lei 10.406/2002 (Código Civil).

## **8- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO/LIQUIDAÇÃO/PAGAMENTO:**

### **8.1 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**8.1.1** – Os serviços de xxxxxxxx objeto do presente contrato será recebido após a total conferência de seus itens conforme descrição constante da Proposta/Empenho, nos seguintes termos:

- a) Provisoriamente, mediante conferência e medição por parte do Setor de Engenharia do município.
- b) Definitivamente, de 30 a 60 dias após a medição final e recebimento da obra e atestados pelo engenheiro do município e/ou Secretário da pasta responsável pela presente Contratação.

### **8.2 – LIQUIDAÇÕES**

a) Nota fiscal obrigatoriamente eletrônica para os bens adquiridos através do elemento de despesa xxxxx, ou de natureza semelhante, e nota fiscal de serviços, devendo ser eletrônica ou de bloco conforme sede da empresa, para os bens contratados por meio dos elementos de despesa; xxxxxx, ou de natureza semelhante. Na nota fiscal no campo “Observações” a contratada deverá obrigatoriamente informar os seguintes dados: número do processo – xxxxx, xxxxxxxx5.

b) A nota fiscal deverá ser conferida em até 72 horas a partir do recebimento, pelo Secretário da Pasta, certificada pela autoridade competente ou comissão designada;

Constitui requisito obrigatório para liquidação da despesa o atendimento às disposições do item anterior, bem como estar de acordo com as especificações constantes no Edital, principalmente as descrições dos serviços ora contratados;

c) Em caso de apresentação de divergências nos documentos fiscais (notas fiscais), seja por dados nas descrições dos itens, preços, quantidades, informações complementares e quaisquer outras, deverá ser devolvida à contratada ao cancelamento da nota fiscal e reemissão ou elaboração de CARTA DE CORREÇÃO, este último deverá ser elaborado tão somente nos casos das informações dos itens e nas observações, excetuando exclusivamente as quantidades, valor unitário e o o ingresso de dados na expressão desconto nas notas fiscais.

### **8.3 - PAGAMENTOS**

**8.3.1** - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da **CONTRATANTE**, sito Rua Theodoro Rodrigues da Silva, 667 - Centro nesta cidade de São Felipe D'Oeste-RO, se outra não for a decisão pactuada entre as partes ou através da conta bancária, deste que atendidos os quesitos do Edital de xxxxx – Processo Administrativo São Felipe d'Oeste nº xxxxxx e seus anexos, inclusive:

- a) Além das condições acima estabelecidas, para o pagamento serão exigidas da contratada, estar em dias com as obrigações tributária e contributivas apresentando as certidões negativas válidas e autênticas à época: Certidão Negativa de Tributos Municipais; Certidão Negativas de Tributos Estaduais; Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Contribuições e tributos da Receita Previdenciária (INSS); Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

- b.) Em caso da não apresentação dos respectivos documentos, mesmo tendo entregues os materiais/serviços contratados livre de embaraços, a empresa não receberá o pagamento até a regularização.

**8.3.2** - Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a conferência dos serviços executados pela Contratada e com nota Fiscal devidamente certificada.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



**8.3.3** - O pagamento será efetuado a **CONTRATADA** somente após a conferência dos serviços de xxx xxxxxxx pela equipe de recebimento.

**8.3.4** - Ocorrendo atraso no pagamento pactuado, os serviços xxxxxxx, objeto deste Contrato poderão ser suspensos, devendo a Contratada comunicar imediatamente ao Contratante tal fato, com o objetivo de encontrar solução amigável e regularização do pagamento;

**8.3.5.** – Os pagamentos serão efetuados em conformidade com o § 2º do Artigo 1º Decreto Municipal nº 2975/2025.

## **9- DO REAJUSTAMENTO**

**9.1** – Considerando o prazo de entrega dos serviços de xxxxxxx, os preços para a efetivação dos serviços objeto deste Instrumento serão fixos e não sofrerão reajuste durante a vigência deste Contrato, podendo sofrer reajuste se, excepcionalmente transcorrer mais de xxxxx ano da data da apresentação da proposta da Contratada e de acordo com os termos estabelecidos pela legislação vigente e atinente à matéria, utilizando-se o xxxxxx

## **10- DAS PENALIDADES:**

a) Pela inexecução total ou parcial do objeto da licitação, a Prefeitura Municipal poderá após garantida prévia de defesa da empresa contratada, aplicar as sanções previstas nos artigos 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162 e 163 da Lei nº 14.133/2021 e, no que couber aplicar as demais penalidades referidas no seu Capítulo IV, ficando sujeita também a:

b) Advertência;

c) Multa;

d) Suspensão temporária do direito de participar de Licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para Licitar ou Contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

f) Pela recusa injustificada em receber ou assinar o Contrato, a licitante vencedora estará sujeita à multa de até 10% (dez), sobre o valor total do contrato.

g) Se os serviços de xxxxxxxxxxxxxxx ora contratados não forem entregues no prazo xxxxxxxxxxxx dias após a assinatura do Contrato e/ou recebimento de cópia do empenho, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato por dia que exceder esse prazo, até o limite de 10 (dez) dias, situação esta em que o contrato será considerado rescindido.

h) Em caso de inobservância de quaisquer outras condições estabelecidas neste projeto básico/termo de referência, e aqui não tratadas, a CONTRATADA estará sujeita a multa correspondente a 1% (um por cento) do valor contratual, dobrada em cada reincidência, se o contrato não for rescindido.

i) Se os motivos ocorrerem por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificados e aceitos pela PREFEITURA MUNICIPAL, a CONTRATADA/Licitante ficará isenta das penalidades acima mencionadas.

## **11 - MULTAS**

**11.1**-Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados, ou ainda situações onde a demora se deveu por culpa da CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes multas:

a) - Por dia que exceder o prazo de entrega do material, 0,01% (um centésimo pôr cento) do valor atualizado do contrato.

b) - Multas variáveis de 1% (um por cento) do valor atualizado do contrato:

c) - Se a entrega do objeto deste Contrato não atender o andamento de acordo com Cronograma;

d) - Se Não efetuar a entrega do objeto deste instrumento, de acordo com as normas, manuais, instruções e especificações;

**11.2**- As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas;

**11.3**- Os recursos contra a multa aplicada deverão ser feitos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, nas condições do Art. 166 da Lei nº 14.133/21;



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



**11.4-** A Contratada terá o limite de 03 (três) dias, após o prazo recursal, contados da data da publicação da penalidade no órgão oficial do município, para recolher a multa aos cofres municipais;

## **12 - DA RESCISÃO**

**12.1-** Constitui motivo para rescisão deste Contrato os Incisos de I a IX do Art. 137 da Lei nº 14.133/21;

**12.2-** A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) Amigável - por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- b) Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I do Artigo 138 da Lei nº 14.133/21;
- c) Judicial - nos termos da Legislação Processual.

## **13 - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**13.1-** O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pelo Contratante:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/21;

**13.1.1-** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem acerca da entrega do objeto em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato como aditivo na forma da Lei 14.133/21;

**13.1.2-** As alterações do valor do contrato, decorrente de modificação de quantitativos previstos, revisão de preços bem como a prorrogação de prazos, serão formalizadas pôr lavraturas de Termo de Aditamento, sendo que, os Contratos poderão ser alterados pôr acordo das partes, conforme disposição legal contida no artigo 125 da Lei 14.133/21, sempre que for necessário o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos de Contrato e a retribuição da Administração para justa remuneração do objeto contratado, serviços ou fornecimentos, objetivando manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do Contrato.

## **14- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**14.1-** O Contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, sendo obrigações da Contratada:

- a) Efetuar os serviços de xxxxxxxx em até xxxxx dias conforme Proposta da Contratada, Termo de Referência e Edital de xxxxxx e demais peças técnicas constantes do Processo Administrativo SEI nº xxxxx;
- b) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções relacionadas ao objeto do presente Instrumento no prazo de até 05 anos em conformidade com o Artigo 618 da Lei 10.406/2002 (Código Civil);
- c) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- d) Acréscimos, supressões ou modificações que incorram em produtos complementares ou extraordinários, respeitados os limites da Legislação vigente, poderão ser objetos de alterações unilateral do Contrato, e serão formalizados através de um único documento, quando do recebimento do objeto ora contratado, devendo ser respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme previsto no Artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021 e se formalmente permitido pelo órgão de controle interno e mediante a emissão de Parecer Jurídico;
- e) A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato;
- f) Atender somente ao que constar de **REQUISIÇÕES/SOLICITAÇÕES**, devidamente certificadas pela Secretaria, servidor designado, recebidos por originais ou e-mail devidamente identificado.
- g) Tomar providências, no caso de rejeição, defeito ou vício, dos serviços de xxxxxxxx, substituindo-os imediatamente, se for o caso;
- h) Cumprir todas as Leis e Posturas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas internas específicas e





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
**Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000**  
**CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960**



legislações dos Tribunais de contas e controladorias, pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos porventura decorrentes da execução do objeto deste Contrato, a que houver dado causa;

- i) A Contratada é a responsável por todo e qualquer acidente que porventura venha a ocorrer envolvendo a xxxxxxxxxxxx suportando as consequências administrativas, trabalhistas, cíveis e criminais oriundas de tal evento;
- j) A Contratada não poderá aceitar, em hipótese alguma a troca de um serviço divergente daqueles elencados nas peças técnicas xxxxxxxxxxxx
- k) Comunicar a administração municipal via secretaria solicitante do objeto por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgarem necessários;
- l) Executar o OBJETO licitado com observância as normas e procedimentos legais em especial à Lei 14.133/2021, além de outras normas específicas aplicáveis a prefeitura municipal de São Felipe D'Oeste e Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União;
- m) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) Cumprir todas as exigências elencadas no Termo de Referência e no Edital de xxxxxx bem como as obrigações contidas no presente Contrato Administrativo nº xxxxxxxx

#### **15- DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:**

**15.1- O CONTRATANTE** se responsabiliza pelo pagamento nas condições estabelecidas neste Instrumento conforme item 8.3.2;

- a) Fica a xxxxxxxx através do Fiscal de Contrato designado no Decreto Municipal xxxxxxxxxxxx responsável pelo acompanhamento/fiscalização, devendo pontuar e mandar a parar a construção quando observado algum vício no decorrer da construção bem como o recebimento final dos serviços de xxxxxxxxxxxx, objeto deste **CONTRATO**;
- b) - Caberá à Contratante providenciar, por sua conta, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme estabelece o art. 94 da Lei Federal 14.133/2021 junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas;
- c) - Fornecer à **CONTRATADA** todas as orientações necessárias ao bom e fiel cumprimento do objeto deste Contrato, assegurando a entrega/recebimento dos serviços de xxxxxxxxxxxxxxxx, verificando sempre o bom desempenho do mesmo;
- d) - Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa efetuar a entrega dos serviços de xxxxxxxxxxxx dentro das normas do Contrato;
- e) - Notificar formal e tempestivamente a **CONTRATADA** sobre as irregularidades porventura observadas no cumprimento deste **CONTRATO**;
- f) - Fiscalizar o presente contrato, através do Sr. Fernando Mendonça, Fiscal deste **CONTRATO**, conforme se depreende do Artigo 2º Decreto Municipal nº 3050/2025, o qual poderá ter o acompanhamento e assessoria da empresa contratada para dar atender a demanda de serviços em caso de necessidade;
- g) - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Contrato, através da formulação de relatórios a serem efetuados pelo Fiscal do Contrato com a concordância do Gestor do Contrato, a Secretária da Pasta, podendo intervir durante a sua execução, para fins de possíveis ajustes ou adequações dos serviços xxxxxxxxxxxxxxxx neste ato contratado;
- h) Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições de preços e prazos deste projeto básico/termo de referência;
- i) Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** as irregularidades observadas na execução da entrega dos serviços de xxxxxxxxxxxxxxxx e designar um servidor para realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- j) Relacionar-se com a empresa contratada exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

#### **16- DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

**16.1-** A xxxxxxxxxxxx, objeto do presente Contrato deverá ser efetuado conforme xxxxxxxx e obedecendo ao cronograma neles estabelecidos.

#### **17- DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS:**

**17.1-** Integram este Contrato os documentos a seguir discriminados, de cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação:



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



**17.1.1-** Termo de Referência, Edital de xxxxxxx, sendo ambos documentos do Processo Administrativo SEI de São Felipe d'Oeste sob xxxxxxx e anexos, bem como a documentação de habilitação da licitação de preço da **CONTRATADA**, com ênfase especial à Lei nº 14.133/2021;

**17.2-** Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este **CONTRATO**, definirem a sua extensão e, desta forma, regerem a execução adequada do presente Instrumento Contratual;

**17.3-** Para qualquer alteração nas condições estipuladas neste Contrato deverá ser lavrado Termo Aditivo, assinado pelos representantes legais das partes;

**17.4-** Em caso de dúvidas ou divergências entre os documentos no edital, estas serão dirimidas se considerando sempre os documentos mais recentes com prioridade sobre os mais antigos e, em caso de divergências com este Contrato, prevalecerá este último;

#### **18- DA FISCALIZAÇÃO:**

**18.1-** A Contratante fiscalizará a execução dos serviços de xxxxxxx contratado e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em partes, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado, inclusive com relatório fotográfico da execução da xxxxxxxxxx por ocasião de seu recebimento para fins de prestação de contas interna e junto ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e demais órgãos de fiscalização interna e externa;

**18.2-** A fiscalização pelo **CONTRATANTE** não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste Instrumento;

**18.3-** A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste Contrato;

**18.4-** A **CONTRATADA** permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste **CONTRATO**, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela Fiscalização;

**18.5-** A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna do **CONTRATANTE** e/ou auditoria externa por ele indicado, bem como em cumprimento ao Artigo 43 da Portaria 424/2016, também fica neste ato autorizada a ampla e completa Fiscalização e o livre acesso por parte dos órgãos Concedentes aos documentos e registros contábeis referentes ao objeto contratado através de seus servidores e dos órgãos de controle interno e externo e que tenham acesso a todos os documentos relacionados ao fornecimento do objeto deste **CONTRATO**;

#### **19- DA LEI ANTICORRUPÇÃO**

**19.1** – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

#### **20- DA NOVAÇÃO:**

**20.1-** A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos a elas assegurados neste **CONTRATO** e na Lei em geral e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras, sendo que todos os recursos postos à disposição do **CONTRATANTE** serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a disposições legais.

#### **21- DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**21.1** – As Partes declaram estar cientes do inteiro teor da Lei n.º 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”) e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de Dados Pessoais, inclusive nos meios



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE**  
**Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000**  
**CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960**



digitais, no que diz respeito ao adequado Tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida LGPD e demais leis aplicáveis.

**21.2** – O Contratado declara que (a) respeita o direito à privacidade dos titulares dos Dados Pessoais no âmbito da execução dos Serviços, (b) realiza o melhor uso da tecnologia da informação para a satisfação de seus clientes e da sociedade, e (c) visa a sustentabilidade e autonomia empresarial na prestação dos Serviços para assegurar a estabilidade e a continuidade de seus serviços.

**21.3** – Na hipótese de o Órgão Participante/Gerenciador/Controlador vir a compartilhar Dados Pessoais com o FORNECEDOR/Operador, o Órgão Participante/Gerenciador/Controlador garante que os Dados Pessoais eventualmente compartilhados com o FORNECEDOR/Operador, bem como qualquer Tratamento realizado pelo FORNECEDOR/Operador em nome do o Órgão Participante/Gerenciador/Controlador estarão amparados por uma base legal válida, legítima e adequada para a(s) finalidade(s) do Tratamento em questão, na forma autorizada pela legislação aplicável ("Usos Permitidos"), podendo ser, por exemplo, o consentimento livre, expresso e informado da pessoa natural a quem o Dado Pessoal se relaciona ("Titular").

**21.3.1** – Fica vedada qualquer utilização de dados ou informações do Órgão Participante/Controlador, para quaisquer fins, sem a expressa autorização.

**21.4** – As Partes, por si, seus empregados, prepostos, representantes, afiliadas e terceiros envolvidos na execução deste Contrato, comprometem-se a manter o sigilo, confidencialidade e integridade dos Dados Pessoais durante a vigência deste Instrumento e mesmo após o seu término, aplicando-se as disposições deste contrato aos Dados Pessoais, sem prejuízo de outras regras de privacidade, proteção de dados, confidencialidade ou requisitos de segurança da informação estabelecidos pela legislação aplicável, as partes deverão estabelecer controles com padrões razoavelmente determinados pelo mercado para garantir a confidencialidade e integridade dos Dados Pessoais, visando garantir que estes não sejam divulgados, exceto na forma autorizada neste Instrumento, ou com o consentimento do titular dos Dados Pessoais ou ainda se exigido pela legislação pertinente.

**21.5** – O Contratado não poderá ser punido e não será responsabilizado pela proteção dos Dados Pessoais no caso em que tais informações sejam exigidas por requisição de autoridades competentes ou por determinação judicial, hipótese em que deverá notificar previamente o Órgão Participante/Gerenciador/Controlador acerca da existência e do conteúdo da ordem/requisição correspondente, em tempo razoável para que o Órgão Participante/Gerenciador/Controlador possa, caso deseje, apresentar suas medidas ou contrarrazões perante o juízo ou autoridade competente, sendo certo que, o Contratado se compromete a cumprir a ordem legal estritamente nos limites do que lhe for requisitado.

**21.6** – O Contratado garante que cumprirá com todas as políticas, regras e orientações de segurança da informação para proteção dos Dados Pessoais, incluindo questões relativas a armazenamento, criptografia e controles de acesso, a fim de protegê-los contra perdas, divulgações e acessos não autorizados, sejam esses acidentais ou não, devendo adotar medidas para garantir adequada segurança contra os riscos apresentados em decorrência da natureza dos dados.

**21.7** – O Contratado notificará o Contratante, sem atrasos, quando tomar conhecimento de uma Violação de Dados Pessoais que afete os Dados Pessoais do Contratante. A notificação deverá fornecer ao Contratante as informações suficientes para permitir que a este cumpra quaisquer obrigações de relatar ou informar aos Titulares dos Dados sobre a Violação de Dados Pessoais nos termos da Lei Aplicável.

**21.8** – O Contratado deve cooperar com o Contratante e tomar as medidas comerciais razoáveis conforme orientado pelo Contratante para auxiliar na investigação, mitigação e remediação de cada Violação de Dados Pessoais.

**21.9** – Caso algum titular dos Dados Pessoais Tratados no âmbito do Contrato faça alguma requisição a quaisquer das Partes no exercício de seus direitos previstos nas legislações aplicáveis de proteção de Dados Pessoais, como por exemplo, mas sem limitação, solicite a retificação, atualização, correção, acesso ou exclusão de seus Dados Pessoais, as Partes deverão comunicar tal fato imediatamente entre si e proceder ao atendimento da requisição feita pelo Titular dos Dados Pessoais.

Para fins de esclarecimento, a Contratante, na qualidade de controladora dos Dados Pessoais, será exclusivamente responsável por decidir se e como eventuais requisições dos Titulares deverão ser atendidas.

**21.10** – Caso o Contratante venha a ser demandado, administrativa, judicial ou extrajudicialmente, em razão de tratamento de dados pessoais realizados pelo Contratado e/ou Afiliados, incluindo, mas não se limitando em situações de incidentes de segurança, o Contratado deverá envidar os melhores esforços para excluir o



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE**  
Rua Theodoro Rodrigues da Silva Número: 667 CEP: 76977-000  
CNPJ: 84.745.389/0001-94 – Fone: (69) 992343960



Contratante da referida demanda, sem prejuízo do ressarcimento de quaisquer despesas, custos, multas, indenizações e/ou ônus que o Contratante vier a incorrer em decorrência desta, incluindo, mas não se limitando aos honorários advocatícios, periciais e/ou contábeis e/ou eventuais condenações.

**22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**22.1-** Os casos omissos que se tornarem controversos, em face das cláusulas do presente Contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, por Despacho fundamentado do Sr. Prefeito.

**23- DO DOMICÍLIO E FORO:**

**23.1-** As partes elegem, como domicílio legal, o Foro da Comarca de Pimenta Bueno-RO, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja, desde que não possam ser resolvidas amigavelmente.

**24- DA ASSINATURA DO CONTRATO:**

**24.1-** E, por estarem devidamente acordados declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Contrato nº 101/2025, sujeitando-se as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 bem como as demais normas complementares, assinando-o em 02(DUAS) vias de igual teor e forma e preferencialmente com assinatura na forma digital, haja vista a necessidade de preservação do meio ambiente, acompanhado de duas testemunhas.

**São Felipe D'Oeste-RO, data certificada.**

**CONTRATANTE:**

**MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D' OESTE-RO**  
**Prefeito**

**CONTRATADA:**

**Responsável Legal**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
**Nome:**

**RG:**

**CPF:**

\_\_\_\_\_  
**Nome:**

**RG:**

**CPF:**